

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Alcácer do Sal apresenta as seguintes notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na perceção dos mesmos.

8.2.1 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL, destacando-se neste exercício:

- a) Princípio da especialização (ou do acréscimo) – foram neste exercício os proveitos e custos reconhecidos na sua plenitude quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento;
- b) Princípio da materialidade – embora a CMAS tenha observado o princípio em questão realça-se que ainda não foi possível incluir no ativo municipal a totalidade dos bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem estes ativos. Tal facto influi nos valores do ativo e nos resultados do exercício, pelo que na análise do balanço e da demonstração de resultados devem ter-se em consideração tais condicionalismos.

8.2.2 – Comparabilidade das Contas

Não se aplica, não se verificaram quaisquer alterações em relação ao ano anterior.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos Adotados

O critério valorimétrico adotado para o imobilizado é, em regra, o do custo de aquisição.

Relativamente a dois bem imóveis integrados após o primeiro inventário, foi também utilizado o critério valorimétrico do valor de mercado, tendo por base as fórmulas de cálculo do IMI, resultante de avaliações efetuadas por um perito da Câmara.

As amortizações são calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam (ponto 4.3 do POCAL), ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões.

As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

O saldo de caixa expresso no balanço corresponde à existência física na tesouraria. Os depósitos em instituições financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes com instituições de crédito e aos valores expressos no resumo diário da tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos destas contas e os constantes dos respetivos extratos bancários foram devidamente reconciliadas, conforme consta da síntese de reconciliações constantes dos documentos da prestação de contas.

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O valor das existências finais foi determinado através da contagem física às mesmas.

Relativamente a três equipamentos de transporte advenientes, em estado de uso, da empresa municipal que foi dissolvida em 31 de outubro de 2015, os mesmos foram objeto de valorização simbólica em função do seu estado de conservação e idade (dois com 11 anos e um com 8).

8.2.4 – Cotações de Câmbio Utilizadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.5 – Situações que Afetam o Resultado do Exercício

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 “critérios de valorimetria”.

Não se verificaram situações desta natureza.

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas

Não se verificaram situações desta natureza.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.6 – Comentário à Conta “431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações, constantes do balanço, são apresentadas nos mapas abaixo.

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)							
Ano: 2016							
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	406.331,64 €	0,00 €	1.390,00 €	0,00 €	-59.772,00€	347.949,64 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	41.964.034,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	184.126,43 €	42.148.160,64 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	10.392,49 €	38.952,28 €	287.818,27 €	0,00 €	-158.410,87 €	178.752,17 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		42.596.096,08 €	38.952,28 €	289.208,27 €	0,00 €	-34.056,44 €	42.890.200,19 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	164.125,31 €	0,00 €	1.722,00 €	0,00 €	0,00 €	165.847,31 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		164.125,31 €	0,00 €	1.722,00 €	0,00 €	0,00 €	165.847,31 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.123.137,34 €	142.580,00 €	120.499,41 €	174.987,87 €	-156.166,00 €	14.055.062,88 €
422	Edifícios e outras construções	32.097.337,55 €	0,00 €	9.808,55 €	0,00 €	946.938,64 €	33.054.084,74 €
423	Equipamento básico	2.733.313,36 €	0,00 €	79.269,78 €	0,00 €	-22.625,92 €	2.789.957,22 €
424	Equipamento de transporte	3.803.390,47 €	0,00 €	217.242,14 €	0,00 €	-160.178,17 €	3.860.454,44 €
425	Ferramentas e utensílios	420.528,87 €	0,00 €	64.085,70 €	0,00 €	-477,40 €	484.137,17 €
426	Equipamento administrativo	659.709,34 €	0,00 €	2.261,83 €	0,00 €	-274,96 €	661.696,21 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.152.063,18 €	0,00 €	211.332,79 €	0,00 €	-2.481,21 €	1.360.914,76 €
442	Imobilizações em curso	1.223.786,71 €	6.273,00 €	316.253,97 €	0,00 €	-1.382.279,64 €	164.034,04 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		56.213.266,82 €	148.853,00 €	1.020.754,17 €	174.987,87 €	-777.544,66 €	56.430.341,46 €
4112	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	981.453,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	981.453,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.949.843,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.949.843,35 €

O Imobilizado Bruto do Município, tal como no ano precedente, registou um aumento no ano de 2016 face a 2015, no valor de 512.900,75€.

No que diz respeito ao domínio público, registou-se um acréscimo de cerca de 294 mil euros, dos quais, 162 mil euros foram transferidos de imobilizado em curso para bens de domínio público, sendo os mais significativos, a substituição dos dissuasores de estacionamento que se incluem no projeto “RUAS – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal”, a “Remodelação da Calçada da Avenida dos Aviadores” e os Parques Infantis das Majapoas, da Margem Sul e do Jardim do Largo de São Francisco, no Torrão.

Quanto aos restantes 132 mil euros, permanecem em imobilizações em curso do domínio público e referem-se essencialmente aos projetos “Corredor Ciclável da Quintinha”, Remodelação da Rede de Águas e Esgotos da Calçada da Fonte Nova”, Remodelação da Rede de Águas de Santa Catarina”, “Arrelvamento da Avenida José Saramago” e “Arrelvamento do Polidesportivo do Torrão”.

Em relação ao domínio privado, houve um acréscimo de cerca de 217 mil euros, para tal tendo contribuído a generalidade das rúbricas componentes, com especial destaque para a rúbrica de Edifícios e Outras Construções e, Outras Imobilizações Corpóreas. Na primeira rúbrica, permanecem em imobilizações em curso do domínio privado os projetos “Museu Municipal Pedro Nunes”, “Reabilitação do Centro Escolar dos Telheiros” e “Requalificação do Mercado Municipal de Alcácer do Sal”. Na segunda, o principal destaque vai para o investimento realizado na Piscina Coberta com a aquisição da UTA - Unidade de Tratamento de Ar e da Bomba de Calor.

Realce-se ainda uma diminuição em mais de 86% das imobilizações em curso do domínio privado em resultado da finalização do projeto “Construção, Ampliação e Beneficiação do Centro de Educação Pré-Escolar de Alcácer do Sal”.

Amortizações Acumuladas

Ano: 2016					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4853	Outras construções e infraestruturas	29.354.428,39 €	1.152.768,14 €	0,00 €	30.507.196,53 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	11.801,20 €	1.521,19 €	0,00 €	13.322,39 €
4859	Outros bens de domínio público	100.776,47 €	9.306,43 €	0,00 €	110.082,90 €
Total		29.467.006,06 €	1.163.595,76 €	0,00 €	30.630.601,82 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	140.671,53 €	11.342,56 €	0,00 €	152.014,09 €
Total		140.671,53 €	11.342,56 €	0,00 €	152.014,09 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	4.029.508,40 €	417.203,27 €	-46.525,91 €	4.400.185,76 €
48222	Outras construções	7.038.697,14 €	242.227,28 €	-422,44 €	7.280.501,98 €
4823	Equipamento básico	2.360.610,13 €	139.227,52 €	-22.625,92 €	2.477.211,73 €
4824	Equipamento de transporte	3.038.288,59 €	213.601,35 €	-156.691,88 €	3.095.198,06 €
4825	Ferramentas e utensílios	388.209,87 €	17.314,17 €	-477,40 €	405.046,64 €
4826	Equipamento administrativo	514.371,99 €	4.969,44 €	-274,96 €	519.066,47 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	652.372,34 €	88.848,52 €	-2.481,21 €	738.739,65 €
Total		18.022.058,46 €	1.123.391,55 €	-229.499,72 €	18.915.950,29 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	26.805,75 €	2.940,74 €	0,00 €	29.746,49 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		26.805,75 €	2.940,74 €	0,00 €	29.746,49 €

As amortizações do exercício registam a depreciação das imobilizações corpóreas, (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Em 2016 o valor das amortizações acumuladas foi de 2.298.329,87€, superior em cerca de 221.400,00 € face ao registado no ano anterior.

8.2.8 Desagregação das Rúbricas do Ativo

A desagregação de cada uma das rubricas constantes do mapa apresentado no ponto anterior e a respetiva informação encontram-se evidenciados nos mapas constantes na conta de gerência.

8.2.9 – Custos Financeiros Capitalizados

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.10 – Diplomas Legais de Reavaliações

As reavaliações efetuadas correspondem a atualizações cadastrais, no âmbito da aplicação do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

8.2.11 – Reavaliações

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.12 - Situações Específicas do Imobilizado Corpóreo e em Curso

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.13 – Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

No imobilizado da autarquia não figuram bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Relação dos Bens Sem Valorização

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível valorizar todos os bens, situação que se verificou no ano passado e ainda se mantém.

EDIFÍCIOS POR INVENTARIAR

- 1 Palma - Lote 19 - Equipamento Social
- 2 Prédio Vale de Água - Captações de Água
- 3 Prédio Comporta (Antiga Fábrica de Tabaco)

TERRENOS URBANOS POR INVENTARIAR

- 1 Olival da Estrada
- 2 Olival da Estrada
- 3 Bairro Professor Francisco Gentil
- 4 Bairro Professor Francisco Gentil
- 5 Palma - Lote 19
- 6 Palma - Lote 147
- 7 Bairro da Quintinha
- 8 Terreno Morgadinho R. António Sérgio
- 9 Bairro Professor Francisco Gentil - Zona de Expansão
- 10 Bairro do Laranjal
- 11 Herdade do Pinhal
- 12 São Roque
- 13 São Roque
- 14 Cerrado da Fonte Santa
- 15 Courela da Fonte Santa
- 16 Courela da Eira

TERRENOS RÚSTICOS POR INVENTARIAR

- 1 Pinhal do Concelho
- 2 Serrado da Telhada - Cultura Arvense, Habitação, Oliveiras e Pomar de Citrinos
- 3 Ao Cerrado de Tábuas - Olival
- 4 Olival do Cajado - Olival e Cultura Arvense
- 5 Olival das Torres - Olival e Cultura Arvense
- 6 Castelos - Terreno Estéril
- 7 Olival dos Cardos - Cultura Arvense
- 8 Herdade da Maforinha - Cultura Arvense, Montado de Sobro ou Sobreiral, Olival, Habitação e Urbano
- 9 Herdade da Comporta - Pastagem ou Pasto
- 10 Herdade da Comporta - Pastagem ou Pasto e Cultura Arvense
- 11 Herdade da Comporta - Dependência Agrícola, Habitação, Pastagem ou Pasto, Capela e Pinhal
- 12 Herdade da Comporta - Pastagem ou Pasto e Pomar de Pereiras
- 13 Ao Cemitério - Cultura Arvense e Olival
- 14 Ao Sapal da Vila - Pastagem
- 15 Herdade de Vale de Água e Famais - Cultura Arvense
- 16 Várzea de Baixo
- 17 Courela Vale Gordo - Cultura Arvense e Pastagem ou Pasto
- 18 Ao Passareiro - Pastagem ou Pasto (Lavadouro e Fonte)
- 19 Pinhal do Concelho - Pinhal
- 20 Pontes - Cultura Arvense
- 21 S. Roque - Cultura Arvense de Sequeiro e Habitação
- 22 Courela da Eira - Cultura Arvense e Oliveiras
- 23 Cerrado da Fonte Santa - Cultura Arvense

8.2.15 – Identificação dos Bens de Domínio Público que Não São Amortizados

Pelo previsto no POCAL, como nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (CIBE), que regulamenta as taxas de amortização dos bens imobilizado, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens de património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações. Assim, os bens do domínio público que não foram objeto de amortização encontram-se classificados na conta patrimonial 451 (apenas terrenos), e identificados no mapa de amortizações dos bens imóveis.

8.2.16 – Informações sobre Empresas Participadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.17 – Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.18 – Obrigações e Títulos de Participação

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.19 – Diferenças entre a Valorização do Ativo Circulante e o Respetivo Valor de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.20 – Fundamentação das Circunstâncias Especiais que Justificaram a Atribuição ao Ativo Circulante de um Valor Inferior ao Mais Baixo Custo ou de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.21 – Movimentos Ocorridos nas Rúbricas do Ativo Circulante - Provisões

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a conta “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de

água, saneamento, alugueres de contadores e taxas por receber referentes à urbanização da Quinta do Pinhal.

8.2.23 – Dívidas Ativas/Passivas Respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2017, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 889.831,61€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos”.

8.2.24 – Obrigações Emitidas e Direitos Conferidos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.25 – Dívidas em Mora ao Estado e Outros Entes Públicos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.26 – Contas de Ordem - Garantias, Cauções e Recibos para Cobrança

Mapa apresentado em anexo.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.28 – Movimentos Ocorridos em cada uma das Contas da Classe “5 – Fundo Patrimonial”, Constantes do Balanço

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
511- Balanço Inicial – Inventário Inicial	38.683.157,64€	142.580,00€	0,00€	38.825.737,64€
512- Balanço Inicial – Inventário Inicial	2.112.852,27€	0,00€	0,00€	2.112.852,27€
571 – Reservas Legais	776.233,07€	49.677,70€	0,00€	825.910,77€
575 - Subsídios	397.628,02€	0,00€	0,00€	397.628,02€
576 - Doações	308.773,61€	0,00€	0,00€	308.773,61€
59 – Res. Transitados	799.313,48€	1.034.001,48€	304.781,18€	1.528.533,78€
88 - R. Liq. Exercício	993.554,08€	- 2.264.370,39€	294.095,15€	- 976.721,16€

O aumento verificado neste exercício na “conta 511 – Balanço Inicial – Inventário Inicial” resultou da inventariação de um lote de terreno na Comporta e de outro em Palma, adquiridos antes da adoção do POCAL e que não tinham sido considerados no Balanço e Inventários Iniciais, tendo-se agora efetuado a sua inventariação e consequente retificação no montante de 132.390,00 e 10.190,00€, respetivamente.

Resultante da aplicação de resultados de 2015, verificou-se no exercício, um aumento na “conta 571 – Reservas Legais” no montante de 49.677,70€, que representa 5% sobre o resultado líquido do período.

As variações (aumentos/diminuições) na “Conta 59 – Resultados Transitados” resultaram de:

- Transferência do Resultado Líquido de 2015 no valor de 993.554,08€;
- Regularização de IVA de 2012, 2013 e 2014 no valor de - 87.694,94€;
- Aplicação de resultados de 2015 no valor de - 49.677,70€;
- Correção de lançamentos provenientes essencialmente das contas 62213, 631 e 6481 no valor de - 126.961,14€;

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.30 – Demonstração da Variação da Produção

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.33 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.